

Três leituras da globalização: as antinomias de uma visão de mundo.

JOSÉ MARIO ANGELI*

Alguma coisa está fora da ordem,
Fora da nova ordem mundial.

Caetano

A verdadeira crise é continuar tudo como está.

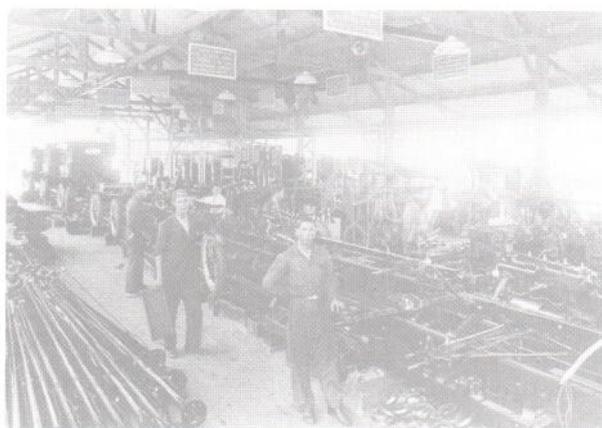
W. Benjamin

Penso que existem três leituras da globalização: a primeira se refere à sua origem propriamente dita. Ela pode ser definida como sendo um fenômeno distinto daquilo que ficou convenido chamar de “capitalismo monopolista” durante a década de 70.¹ Sua origem pode ser encontrada na escola americana. Nasceu no final dos anos 70 quando a academia americana cunhou o termo *global trade* para orientar as políticas das empresas americanas.

É uma fase do desenvolvimento do capitalismo cuja singularidade consiste em tratar de um fenômeno que exige não só uma reestruturação do processo produtivo do trabalho, mas uma maior liberdade de ação do capital através da internacionalização das empresas. A mundialização das empresas reflete a mundialização da produção. O mercado deixou de ser nacional e passou a ser internacional e a empresa se tornou transnacional na medida em que se faz representar mundialmente através dos meios de comunicação.

Jeffrey Sachs define a globalização como sendo um produto do último quarto de século, que abriria um futuro róseo para o conjunto do sistema. Afirmou que

o período que vai de 1970 a 1995 e, principalmente, na última década, presenciou a mais espetacular



harmonização institucional e integração econômica entre as nações [...] O conjunto de instituições em comum está exemplificado pela nova Organização Internacional do Comércio (OIC), estabelecida com o consenso de mais de 120 economias, e onde praticamente todas as demais desejam entrar. Parte do novo acordo de comércio envolve uma codificação dos princípios básicos do comércio de bens e serviços.

Igualmente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) conta hoje com um grau de afiliação quase universal, com os países membros comprometidos com princípios básicos de circulação e conversão da moeda.²

Esse autor enfatiza a tese da integração econômica entre as nações através do comércio internacional, dos investimentos e dos fluxos financeiros como

meios principais por meio dos quais a globalização vem se implantando. Segundo ele o “capitalismo multinacional” estaria vivendo um estágio superior, através do qual já teria superado as suas contradições.

A teoria de um “capitalismo multinacional” que teria superado a fase de exportação de capitais baseada em empresas nacionais é antiga. De acordo com essa noção a classe capitalista transnacional não é composta de capitalista no sentido marxista. A propriedade dos meios de produção não é mais critério para servir aos interesses do capital. A burguesia administrativa internacional é definida como uma categoria socialmente abrangente, compreendendo a elite empresarial em todas as esferas da sociedade.

A escola americana atribui um novo conceito ao desenvolvimento do capitalismo nessa nova fase de final de século. A globalização pode ser empregada tanto em relação a um processo histórico como a uma mudança conceptual em que ela é — tardia e incompletamente — refletida. É um estágio superior da “transnacionalização” e se refere, além da “mundiali-

* Professor de Filosofia da Universidade Estadual de Londrina

zação” econômica, a todas as conseqüências sociais, políticas e culturais desse processo.³ Segundo esse autor a globalização é a concretização do mundo inteiro como um lugar único e como surgimento de uma condição humana global.

Os integrantes da escola apregoam um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte dos Estados, denunciando-a como uma ameaça à liberdade, não somente econômica, mas também política.

O alvo da globalização tem aparecido como sendo o deslocamento do centro de gravidade da economia para a Ásia. Alguns autores entendem que foi estrategicamente uma fórmula de “afastar definitivamente da Europa e do mundo o medo que ainda intimidava o capital”⁴ A política intervencionista de Estado e o fim do “socialismo real” inauguraram a chamada “nova ordem econômica mundial”, intensificando a esfera de ação do capitalismo sem eliminar suas contradições.

A internacionalização crescente das forças produtivas permitiu uma maior circulação da produção financeira e promoveu um crescimento econômico, mas produziu, ao mesmo tempo, a sua contradição, isto é, o fortalecimento da sobrevivência das fronteiras nacionais e por decorrência uma grande desagregação social. Nem mesmo os países desenvolvidos escaparam dessa dura realidade. Isso deixa claro que se trata de uma fase do desenvolvimento capitalista cujo objetivo é potencializar o crescimento econômico americano com a finalidade de retomar sua hegemonia no sistema economia-mundo.

Uma *segunda* leitura da globalização refere-se àquela feita pelo *Le Monde Diplomatique*. Para essa corrente existe um processo de mundialização que não é o da economia e sim o do capital. Os autores franceses preferem falar de mundialização ao invés de globalização. Pisani, ressaltando o processo de “multinacionalização” do capital, chama a atenção dos leitores para a hegemonização americana a que o planeta se aventura. A sociedade devia dirigir-se contra essa vontade de hegemonia, de uniformização, de não-respeito às diversidades para evitar que inúmeras revoluções se multipliquem pelo mundo.⁵

Michelet apresenta o processo de “multinacionalização” como específico do pós-guerra. Aponta que

a distribuição nacional das firmas multinacionais (FMN) segue fielmente a hierarquia dos PIBs. As mais numerosas são de origem americana, as outras são européias ou japonesas. Não é de nosso conhecimento

a existência de sedes de FMN nos países subdesenvolvidos, com exceção, evidentemente, dos “paraísos fiscais”. Esse fenômeno de multinacionalização é, portanto, indissociável da natureza das economias de origem.⁶

Fica claro que para esses autores a globalização é uma fase do processo de internacionalização do capital industrial desencadeada há mais de um século. É uma modalidade do regime de acumulação. Para eles a globalização surgiu em nome da ONU (Organização das Nações Unidas) com a finalidade de recompor as bases da ordem internacional e das novas relações de forças logo em seguida ao rompimento do equilíbrio bipolar. A partir daí tem-se a “globalização do capital”, agora intensificada pelo fim do “socialismo real”.

A mundialização das empresas
reflete a mundialização da
produção. O mercado deixou
de ser nacional e passou a ser
internacional e a empresa se
tornou transnacional na
medida em que se faz
representar mundialmente
através dos meios de
comunicação.

Esgotado o modelo de acumulação fordista, que se caracterizava pelas taxas de investimentos elevadas, capazes de manter o pleno emprego, voltado para a extensão da produção de valor e da mais-valia, entra em cena o regime atual que privilegia as atividades baseadas em posições nos mercados financeiros e transações comerciais. A diferença desse modelo para com o fordista é que o mesmo tende à exclusão e no plano internacional à marginalização das economias nacionais.

A “mundialização do capital” é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de con-

quistas sociais e democráticas que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan.⁷ Chesnais acentuou que a mundialização do capital — principalmente do capital financeiro — reforçou a fundo as políticas de liberalização e de desregulamentação, sobretudo na medida em que veio acompanhada da difusão das novas tecnologias de produção, de informação e de comunicação. Ela irá explodir as formas institucionais — o trabalho assalariado, um sistema monetário internacional fundado sobre taxas fixas de câmbio e instituições nacionais fortes para disciplinar o capital privado — que durante os últimos cinquenta anos permitiram a regulação social pelo Estado, isto é a regulação fordista.

Esse autor associa a mundialização à destruição dessa forma de regulação nacional e internacional. Ela condena os jovens ao desemprego estrutural. A moeda e as finanças ficam confiadas à anarquia dos “mercados” e os Estados tiveram a sua capacidade de intervenção drasticamente reduzidas, isto é, depois que os governantes dos principais países deixaram que o capital-dinheiro se convertesse numa força praticamente incontornável.⁸ Segundo Chesnais, o que estamos vivendo é uma crise do sistema capitalista. Ela não é uma “crise do sistema internacional de especulação financeira”, mas do próprio capital em todo o seu conjunto. Afirmou que

o conteúdo real da “globalização” está dado pela mundialização, não das trocas, mas das operações do capital, sob a tríplice forma de capital industrial, daquele engajado na grande distribuição, e sobretudo do capital-dinheiro concentrado, que se valoriza na esfera financeira, mas que se alimenta de exações na esfera produtiva onde se formam o valor, a mais-valia e as outras variedades do sobreproduto.⁹

Para Chesnais a mundialização financeira tornou-se pelo menos tão importante quanto a mundialização do capital produtivo. Ainda para esse autor, ao lado da oligarquia financeira, houve a formação de fundos de pensão e de fundos de aplicação, *Mutual Funds* contemporâneos. Esse capital vive de retiradas sobre a riqueza criada na produção. Ela pode ser direta (lucros das empresas) ou indiretas (juros de obrigações públicas



e empréstimos aos Estados). Segundo o autor, estaríamos diante de um retorno ao imperialismo clássico, bem como de um reforço de seus traços fundamentais.

A globalização nada mais é do que a mundialização do capital. Ela designa bem mais do que aquela outra etapa no processo de internacionalização a partir dos anos 50 que conhecemos. O novo capitalismo mundial é que irá comandar agora o desempenho das economias nacionais e a regulação da sociedade.

Uma *terceira* leitura da globalização é a feita por uma vertente marxista crítica que entendem ser a globalização uma fase superior do capitalismo, diferente do imperialismo. Embora haja uma internacionalização das forças produtivas ela tem um caráter nacional.

À medida que se internacionalizam as forças produtivas, nacionaliza-se a expropriação do trabalho e por sua vez amplia-se a mais-valia que acentua o domínio do capital. Eles falam de um estágio diverso do imperialismo capitalista,¹⁰ mas construído absorvendo o *surplus* econômico interno para reforçar as classes que vivem de renda dentro e fora do

país, por meio do mercado mundial como forma de regulação política.

Não existem evidências de que a “transnacionalização” e a “globalização” tenham significado a superação das contradições entre economia mundializada e economias nacionais e entre os Estados nacionais. A expansão do comércio se deveu à necessidade histórica da burguesia. Ela é um processo político no qual a expansão das forças econômicas reforçou os mecanismos de controle social.

Embora não existindo evidências, pode-se demonstrar que o mercado mundial não é somente mercado, mas um conjunto de formas econômicas e instituições político-econômicas, cuja articulação mais ou menos coerente configura o modo de funcionamento do mercado mundial numa dada época histórica, até porque as divisões de mercados são assentadas em instituições sociais e políticas.

Altvater afirmou:

A inovação do período após a Segunda Guerra Mundial reside justamente em que, no curso das

liberalizações, o mercado mundial gradualmente se constituiu como local de produção econômica de todas as formas agregadas do capital: da liberalização do comércio mundial da década de 1950 até a formação do sistema creditício internacional praticamente sem regulação política, desde a década de 1960. Mas as desregulações de modo algum tinham como resultados as eliminações dos controles políticos das relações econômicas por organismos e governos nacionais, e sim a criação de novas instituições reguladoras das relações econômicas mundiais.¹¹

Esse processo prepara as condições para a crise do capitalismo. Segundo Petras, isso aprofunda a polarização social entre, *de um lado*, assalariado e a pequena empresa e, *do outro*, o capitalismo extrativista. Para esse autor estamos vivendo num verdadeiro “neomercantilismo” que aprofunda o antagonismo político e amplia a competição econômica.

Segundo os críticos marxistas o panorama de conjunto da expansão econômica do pós-guerra confirma totalmente as características estruturais da fase imperialista do capitalismo que Trotsky resumiu assim:

O capitalismo tem duplo mérito histórico de haver elevado a técnica a um alto nível e de haver ligado todas as partes do mundo [...] o núcleo de sua expansão continua sendo os Estados nacionais, circunscritos e com suas alfândegas e seus exércitos. Não obstante, as forças produtivas superam, já há tempo, os limites do Estado nacional transformando, em consequência, o que era antes um fato histórico progressivo em uma restrição insuportável. As guerras imperialistas não são mais do que explosões das forças produtivas contra os limites estatais, que se tornaram demasiados estreitos para eles.¹²

Nesse contexto, Trotsky não descarta a possibilidade de novas guerras imperialistas, uma vez que as bases nacionais podem se preparar para uma nova guerra na medida em que se acentue o desenvolvimento desigual.

É preciso entender que o conceito de globalização nem sempre tem a ver com a realidade. Do ponto de vista econômico e financeiro, a participação dos investidores institucionais nos portfólios fica ofuscada pela pequena participação dos títulos estrangeiros nos mercados nacionais e nem todos têm acesso ao investimento nas bolsas de valores. Além do que, do ponto de vista teórico, o conceito de globalização está profundamente ideologizado, quando afirma que a humanidade é global.

José Luís Fiori definiu-a como sendo uma versão atualizada da ideologia econômica liberal.¹³ A globali-

zação foi, sem dúvida, uma resposta teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar social, que se construiu na Europa e que estava sendo construído nos países do Leste e do Terceiro Mundo. Nesse sentido, será preciso desideologizar o conceito de globalização para poder se entender os seus limites.

Esgotado o modelo de acumulação fordista, que se caracterizava pelas taxas de investimentos elevadas, capazes de manter o pleno emprego, voltado para a extensão da produção de valor e da mais-valia, entra em cena o regime atual que privilegia as atividades baseadas em posições nos mercados financeiros e transações comerciais. A diferença desse modelo para com o fordista é que o mesmo tende à exclusão e no plano internacional à marginalização das economias nacionais.

A ideologia pode ser definida como um sistema coerente de idéias que cimentam a realidade. É correto e verdadeiro afirmar que vivemos numa economia internacionalizada. A internacionalização das forças produtivas permite ao mesmo tempo uma maior circulação da produção financeira, alcançar um estágio de desenvolvimento superior por meio de novas tecnologias, enfim um maior progresso. Mas, concomitantemente, através dessas idéias divulgam-se aspectos falsos, como, por exemplo, que numa sociedade global não existe mais o confronto de classe, a distinção entre trabalhadores e patrões, que agora tudo isso está superado pela globalização e que para alcançar seus objetivos se requer a capacidade de negociação, quando não a eliminação da oposição etc. Abstraem-

se, assim, as características sociais concretas em que a economia está implantada.

A globalização possui um caráter verdadeiramente internacional, mas também um caráter nacional de expropriação do trabalhador que é próprio do sistema capitalista. Dessa forma, o não entendimento dos aspectos falsos dessa ideologia está levando a maioria da população à conversão de um verdadeiro mito. Ele se constitui num slogan das organizações econômicas internacionais. Elas são as expressões da “modernidade”, notadamente por serem o resultado das “forças do mercado” liberadas das correntes nocivas com que o Estado as atrelou durante meio século.

A “globalização” não surgiu da noite para o dia. Reagan e Thatcher, no final da década dos anos 80,

foram os patrocinadores desse processo. Por um lado, preocupados em retirar seus países de uma longa recessão combinada com taxas baixas de crescimento e com altas taxas de inflação, se empenharam em pôr em prática um programa liberal de governo; por outro, preocupados com o poder dos sindicatos, do movimento operário, que corroía as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários, e com o aumento dos gastos sociais dos Estados, levando à destruição do lucro das empresas e desencadeando processos inflacionários que não poderiam deixar de determinar uma crise generalizada da economia de mercado.

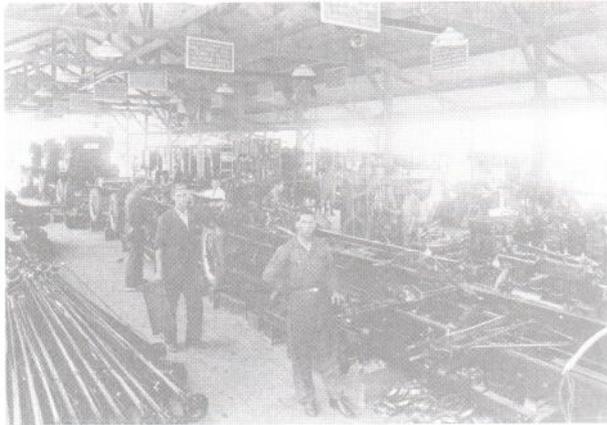
O remédio não podia deixar ser outro. Por uma parte, seus propósitos eram combater as políticas distributivas e protecionistas do Estado-providência — Estado monopolista ou capitalismo organizado — da regulação fordista; por outra, combater a visão de uma organização social centrada na idéia de produção em massa — taylorista e fordista — e adequá-la ao sistema produtivo japonês, moldado na gestão organizativa e administrativa toytista da reestruturação do trabalho.

A solução encontrada para a superação da estagnação do capitalismo dar-se-á centrada no tripé: privatização, desregulamentação e reestruturação produtiva. Essas transformações seriam incompletas se não fosse redefinido o papel central que até então tinham ocupado o Estado-nacional, o capitalismo nacional, a

riqueza dos países, a modernização industrial e os contratos nacionais de bem-estar social. Exatamente essas práticas farão da “globalização” um processo contraditório. Se por um lado ela irá além da internacionalização e da nacionalização que estão se desenvolvendo com diversos graus de intensidade nos distintos planos da economia e da sociedade, por outro, acentua a polarização entre os grupos e classes quando retira a economia do setor produtivo e a desloca para o setor financeiro.

O primeiro plano que se desenvolveu com a globalização da economia foi o plano financeiro. A variação das taxas de juros e o processo de privatização das empresas públicas nacionais colocaram de vento

em popa a globalização financeira. A desregulamentação dos mercados, o giro fácil de capital especulativo pelas bolsas ajudaram as moedas a se converterem num vasto sistema internacional de especulação. O segundo plano é a estratégia das empresas para ganharem novos mercados. Daí, temos a regionalização e áreas livres de comércio com a finalidade de



integração mundial (o Mercosul é um exemplo). O terceiro plano é o da conquista de novos mercados. As novas tecnologias proporcionam aos processos produtivos uma maior mobilidade e flexibilidade dos produtos através do transporte e das comunicações. Criaram-se as redes de computadores integrando todos os mercados. Esse processo é mais importante do que as finanças na globalização, posto que o mercado é o fator transcendental que possibilita outras formas de mundialização. O quarto plano do desenvolvimento da globalização é o do modo de vida e do modelo de consumo semelhantes ao americano. Enfim, um último plano é a transposição de poder dos Estados nacionais para as sociedades multinacionais. Isso criou uma simbiose de interesses dos grandes Estados dos países desenvolvidos e as ditas sociedades globalizadas. Em alguns países a soberania foi deixada em segundo plano. Tudo isso em nome do “novo” desenvolvimento do capitalismo, fórmula encontrada para superar a crise.

Para poder resolver a crise do capitalismo — no processo de globalização da economia — os seus adeptos

tos passaram a defender a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. Com isso pretendiam retirar fundamentalmente o Estado do processo econômico. E para alcançar desenvolvimento social a tônica é liquidar o Estado e deixar o mercado funcionar livremente para que todos possam prosperar. Negando, assim, a relação dialética existente entre mercado e Estado, que é absolutamente potencializada na lógica neoliberal, e não eliminado-a, como pretendem alguns teóricos liberais.

O funcionamento do mercado exige um Estado forte para garantir o direito de propriedade, o respeito contratual e a prevalência do processo produtivo. Tais teóricos entendem muito bem que o Estado deve exercer indução positiva no desenvolvimento social, econômico e cultural do país, mas, para isso, aquilo que no passado foi estatizado, em concorrência com a economia socialista estatizante do pós-guerra, agora deve ser privatizado.¹⁴

Se tomarmos um caso específico, as políticas de combate às desigualdades sociais no Brasil, aquilo que era consensual no período chamado “desenvolvimentista” passou a ser um desafio neste governo. O próprio FHC afirmou que está surgindo uma superestrutura homogeneizante mais preocupada com a liberdade de fluxos do que com a diminuição das desigualdades,¹⁵ reforçando o caráter da globalização e ao mesmo tempo capitulando frente ao crescimento das desigualdades sociais internas e externas. A postura de FHC reflete a visão dos liberais que advogam as desigualdades como valores positivos e imprescindíveis em si mesmo fica claro que existe uma ideologia — neoliberal — que cimenta a globalização como estrutura da sociedade moderna.

A postura dos adeptos da globalização será a de manter um Estado forte. Eles irão romper com o poder dos sindicatos e com o controle do poder público, mais parco sobretudo com os gastos sociais e nas intervenções econômicas. As políticas liberalizantes a que se assiste hoje com relação à educação, saúde, habitação, transporte e segurança têm acarretado uma verdadeira catástrofe, tudo em nome da “estabilidade da moeda”, forma encontrada para conter o déficit dos Estados. A estabilidade da moeda passou a ser o *leitmotiv* do processo de globalização das economias. Ela só será conseguida com uma forte disciplina orçamentária, contenção de gastos públicos e restauração da taxa “natural” do desemprego para quebrar os sindicatos. Sem dúvida, as reformas imprescindíveis para incentivar os agentes econômicos, sem fazer efetiva-

mente uma reforma fiscal, tão desejada pelos trabalhadores.

O poder econômico real cada vez mais se transfere das autoridades públicas e “democráticas” para os mercados financeiros anônimos e incontrolados.

Se estiver correto afirmar que a globalização está grávida do neoliberalismo, é correto também dizer que essa doutrina elegeu o comunismo como o império do mal. O ideário neoliberal sempre representou o anti-comunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. Isso fez com que aumentasse o poder de atração sobretudo da nova direita na Europa e nos Estados Unidos durante os anos 80. Essa doutrina triunfa na região do capitalismo avançado. Conseqüentemente, as regiões de capitalismo mais atrasado vão a reboque do Primeiro Mundo, seja pelo poder coercitivo ou pelo consenso de suas democracias. Salvaguardadas as especificidades de cada país e região, essa ideologia foi posta em prática até por governos ditos de esquerda — Mitterrand, González, Craxi etc. —, transformando-os nos mais resolutos em aplicar as políticas neoliberais.

O processo da globalização em curso se refere especificamente à mundialização do capitalismo. Marx e Engels ofereceram uma das primeiras e mais completas interpretações do capitalismo moderno e global. No *Manifesto comunista* afirmaram que

a burguesia criou um novo internacionalismo através do mercado mundial, ao lado da sujeição das forças da natureza ao homem, do maquinário, da aplicação da química à agricultura e à indústria, da navegação a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo, da devastação de continentes inteiros para cultivo, da canalização de rios, do surgimento de populações inteiras como por encanto.¹⁶

Fez isso a um alto custo, por meio da violência e da destruição de tradições, da opressão e da redução da avaliação de todas as atividades ao frio cálculo do dinheiro e do lucro. Além disso, afirmaram Marx e Engels:

Essa subversão contínua da produção, esse abalo

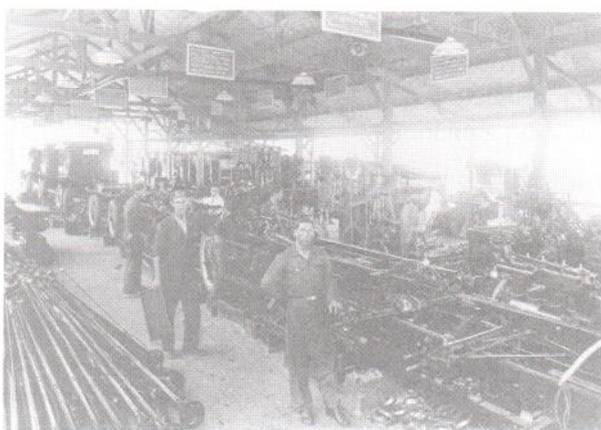
constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas: as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes mesmo de massificar-se. Tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com seriedade suas condições de existência e suas relações recíprocas.¹⁷

Vê-se que a expansão do poder capitalista esteve sempre associada à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político. Sem dúvida, o que assistimos hoje é uma manifestação do desenvolvimento capitalista. Certamente que os tempos mudaram, a manifestação do capitalismo de hoje é diferente daquela de que falavam Marx e Engels no *Manifesto comunista*. A manifestação de novas tecnologias no sistema de produção difere intensamente da manifestação daquele momento. Porém, a questão está em saber distinguir entre os elementos mais simples e os mais gerais do capitalismo que determinaram a continuidade daquilo que permanece uma época inteira.

Uma dessas características gerais de continuidade é o próprio processo de globalização, como parte do sistema capitalista, onde a inovação tecnológica é a sua contraparte. O paradoxo decorrente desse processo é que a liberalização do trabalho pela técnica se apresenta como nunca simultaneamente à liberalização da técnica. O avanço da globalização não liberou o trabalho, antes libertou a técnica, pelo que se criou um enorme contingente de desempregados. As condições materiais do trabalho são ainda piores, pois, com o avanço da globalização, a mobilização do capital e a flexibilização do trabalho, o processo liberador foi incorporado por um pequeno grupo antes de que por todo o conjunto social. Vários são os teóricos que defendem o “fim do trabalho” nessa sociedade globalizada,¹⁸ com atribuições diversas à categoria trabalho como elemento produtivo da sociedade.

A grande transformação socioeconômica do final

do século XX coloca o desafio de uma sociedade sem trabalho, ou a sociedade do tempo livre, do trabalho não-mercantilizado. A título de exemplo, em 1986, no Brasil, na indústria automobilística, se produziram 1.056.000 unidades com 129.000 trabalhadores; hoje, a produção é de 1.800.000 unidades com 114.000 empregados. No ano 2000 serão 2.500.000 veículos, isto é, quase 40% mais do que hoje, com apenas 80.000 metalúrgicos. Vejam que há um aumento significativo da produtividade do trabalho, e, por sua vez, o custo da mão-de-obra nos modernos produtos industriais flutua entre 5% e 10% do custo total. Percebe-se que no conjunto dos países capitalistas europeus a riqueza quadruplicou nos últimos 30 anos, enquanto o trabalho não quadruplicou.



A segunda característica de continuidade é o processo imigratório de regiões pobres para regiões ricas. Embora tenha diminuído muito em nossos dias, ela mudou somente de qualidade. A existência de um grande contingente de desempregados que aflui constantemente para os centros desenvolvidos continua em nossos dias de

forma dramática. A globalização propiciou a abertura de fronteiras. O movimento de abertura econômica das fronteiras nacionais tem o seu contraponto nas restrições dos direitos dos imigrantes, no avivamento da xenofobia, nos vários tipos de nacionalismo e de conflitos étnicos, como denunciou Balibar em ensaio recente.¹⁹

A terceira característica pode ser identificada no fato de que poucas empresas são transnacionais. Muitas empresas ditas globais são na verdade corporações multinacionais baseadas nacionalmente, isto é, elas preservam a matriz e o controle geograficamente localizado.²⁰ Esse fenômeno não significa dizer que exista contradição com a sobrevivência do nacional. No plano sócio-político Samir Amin pensa sobretudo que a mundialização fez com que o espaço econômico não coincidisse mais com a sua gestão política e social. Assim, nos sistemas produtivos nacionais encontramos cada vez mais os elementos de um sistema globalizado, até porque o Estado, instrumento indispensável da regulação social e política, permanece sendo o Estado nacional, sem que tenha sido iniciada a sua superação.²¹

Enfim, uma quarta característica desse processo é o fluxo do capital financeiro e os investimentos diretos. Esse fluxo se restringe aos Estados Unidos, Europa e Japão, onde se movimentam cerca de 80% das corporações mundiais. Isso nos assegura que o que está globalizado é o capital financeiro especulativo, que gira no mundo cerca de 3 trilhões de dólares em 24 horas.²² O poder econômico real cada vez mais se transfere das autoridades públicas e “democráticas” para os mercados financeiros anônimos e incontrolados. Ou seja, a grande transformação se caracteriza por um novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento depende das prioridades do capital privado altamente concentrado: do capital aplicado na produção de bens e serviços, mas também, de forma crescente, do capital financeiro centralizado, mantendo-se sob a forma de dinheiro e obtendo rendimento como tal.²³ Isso confirma com mais propriedade esse processo de mundialização do capital. Ele compromete a repartição e a destinação social da riqueza no mundo.

Assim, essa dialética entre o geral e o específico — mercado e capital — permite entender os elementos de contradição do sistema capitalista. Ao mesmo tempo que o capital se globaliza, o mercado se regionaliza para se fazer mais forte e mais competitivo. Enquanto globaliza um grupo social pequeno, enfraquece um grande grupo social, exército de reserva de que falava Marx, capaz de manter o *status* das elites e de dar fôlego ao mercado. Por isso Chomsky pode afirmar que

a “nova ordem imperial” usa seletivamente o liberalismo e gera um mundo de mais pobres e mais lucros. Segundo dados do Banco Mundial, as medidas protecionistas dos países industrializados reduzem as nacionais do Sul do planeta em cerca do dobro da quantidade de ajuda oficialmente concedida à região, ajuda esta que é, em boa parte, uma promoção às exportações dirigida em sua maioria aos setores mais ricos do hemisfério.²⁴

Contudo, a globalização tem a pretensão de universalidade, porém o “capitalismo real” é incapaz de criar as condições materiais para que tal universalismo se realize. Somente ao socialismo compete a formulação de um projeto social planetário e das estratégias no sentido de se alcançá-lo, embora até hoje isso tenha acontecido de modo imperfeito. A polarização mundial constitui o verdadeiro limite histórico que o capitalismo real não pode suplantar. A globalização é a expressão *par excellence* daquele mundo que se iniciou no século XV e que orienta o nosso mundo para um futuro hoje previsível.

A polarização não é determinada somente pelo mercado capitalista. Ela se exprime também na assimetria da estrutura do sistema político dos Estados que se desenvolvem por efeito da expansão mundial do capitalismo. Os Estados periféricos perderam a sua soberania, enquanto em nível interno está se confrontando com forças subestatais, e em nível externo confronta-se com as forças supra-estatais. De fato, somente os Estados centrais capitalistas são realmente soberanos. Contudo, os países da periferia se não estão reduzidos à condição de colônias, não são também tratados realmente como autônomos. São considerados espaços abertos à expansão do capitalismo central. Isso já foi visto através de vários tratados, desde o de Westphalia (1648) até a Doutrina Monroe (1821), que transformou a América Latina na periferia dos Estados Unidos.

Nesse quadro, nota Amin, os resultados econômicos dos países latino-americanos e do Terceiro Mundo serão catastróficos. Eles estão integrados num sistema mundial de uma forma nova de desenvolvimento capitalista, coerente com a assimetria do capitalismo real existente. A industrialização do Terceiro Mundo tornou-se uma nova forma de sua periferização, enquanto os monopólios que asseguram aos países centrais a sua posição hegemônica se expandem através de novos campos de ações: o controle do sistema financeiro, o monopólio científico e tecnológico, a administração da riqueza natural da Terra, formação de um novo modelo de vida e de consumo e a sua difusão através do controle dos meios de informações, a manipulação através desses meios em escala mundial e o monopólio das armas de destruição em massa.²⁵

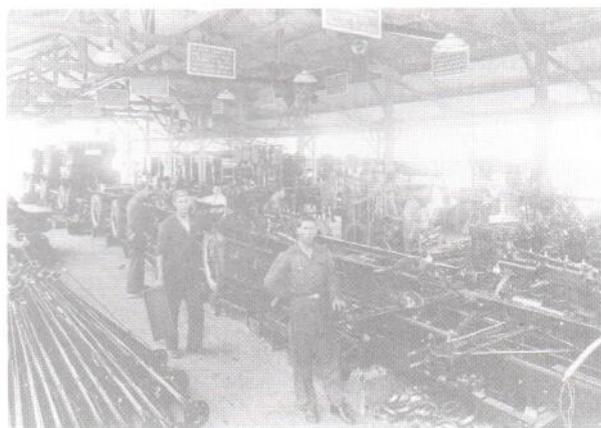
A globalização permanece baseada na exploração capitalista e na desigualdade entre as nações. São as condições da crise capitalista que explicam que o avanço tecnológico e as recuperações econômicas não produzem os efeitos esperados pelos economistas. Apesar de todo o avanço e o progresso, durante a última década, a produtividade se viu abalada e a desigualdade tem aumentado por todo o mundo, aprofundando ainda mais a relação Norte-Sul. Os empregos têm-se tornado algo muito raro. A abertura de mercado significou o fechamento de empregos. Dessa forma, ao lado do desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial há um crescimento sem precedentes da polarização social. De acordo com a ONU, dos US\$ 23 trilhões que compõem a riqueza monetária mundial, apenas US\$5 trilhões correspondem à imensa maioria dos países em desenvolvimento. Se mantida essa disparidade

econômica entre ricos e pobres, as condições passarão de iníquas para desumanas.²⁶

O que está em jogo nesse momento é a certeza dos propagandistas do mercado como a salvação da humanidade, que contrasta com as incertezas da população excluída do mercado. No quadro do capitalismo parece muito difícil poder ser resolvida essa contradição. Não seria preciso ampliar o mercado do trabalho, visto que há um enorme contingente de desempregados e não promover-se simplesmente um ajuste entre oferta e procura? A elaboração de políticas de emprego que garantam efetivamente o poder de consumo dos indivíduos, que implicações teria para o planeta? Certamente criaria um impacto ambiental e por conseguinte haveria uma demanda de dinheiro público para solucioná-lo, quando o déficit dos Estados é assustador. Empobrecimento e prosperidade não levam à superação das desigualdades do capitalismo.

Qual o papel dos intelectuais nesse contexto? Antes, porém, será preciso fazer uma outra pergunta: hoje, é possível compreender o presente como história, enquanto é ainda presente, e enquanto temos ainda o poder de influenciar as formas e os resultados? Como chegar hoje à consciência crítica brasileira?

É preciso pensar os intelectuais no contexto da globalização. A globalização é o resultado da internacionalização das forças produtivas e quando se volta para o interior de uma economia nacional as relações de produção trazem à tona as suas antinomias. Um dos problemas negativos da globalização é a própria divisão do trabalho — trabalho intelectual e trabalho braçal — tão profunda nas sociedades contemporâneas. Penso que a divisão do trabalho determina um processo que é antes de tudo uma coletivização tendencial na qual as formas anteriores de uma individualização são respostas fragmentadas e ameaçadas em si próprias. Assim sendo, a objetividade dos intelectuais e a dialética não devem nem se render a um *pathos* conservador nem ao triunfalismo do realismo socialista, como se a coletivização sempre significasse o renascimento da verdadeira cooperação no sentido de Marx.



Os empregos têm-se tornado algo muito raro. A abertura de mercado significou o fechamento de empregos.

É preciso deixar claro que não se trata de fazer uma incursão sobre a teoria do intelectual ao longo do seu desenvolvimento histórico — partindo de Platão, passando por Diderot, Hegel, Marx e até chegar a Sartre — e de seus críticos, mas de compreender o seu papel social no contexto brasileiro, no sentido de que o intelectual está atado ao modo de produção em geral. Gramsci insistia em que os intelectuais representavam para o proletariado uma necessidade absoluta, seja no momento histórico em que é classe em si, seja naquele em que é classe para si. Sem os intelectuais o proletariado não conquista o poder, nem poderá consolidá-lo e desenvolvê-lo. Os intelectuais da classe trabalhadora são os intelectuais que constituem a vanguarda do proletariado: o partido.

Nesse sentido, a preocupação de Gramsci era fundamentalmente a construção de um “novo bloco histórico” capaz de construir uma nova ordem intelectual e moral. Para tanto, Gramsci entende que o intelectual deva estar com o povo. Isto é, o

elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e especialmente “sente” [...] O erro do intelectual consiste em crer que se possa saber sem compreender e especialmente sem sentir e ser apaixonado (não só do saber em si, mas pelo objeto do saber), isto é, distinto e destacado do povoação [...] a relação com o povo deve ser, relação de representação, entre dirigente e dirigido, a fim de realizar a vida como um todo e poder construir o bloco histórico.²⁷

É sobre essa vertente que assume importância a elaboração do intelectual. Criar uma nova cultura não significa fazer individualmente descobertas “originais”, significa também e especialmente difundir criticamente as verdades descobertas, socializá-las, e, portanto,

fazê-las base de ação vital, elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral, cuja função está na construção e na realização da hegemonia.

No caso brasileiro, especificamente, os intelectuais sempre chegaram um pouco tarde para entender e apoiar os movimentos sociais concretos, e quando o fazem, fazem na base do “quero ajudar o povo brasileiro”. Na realidade, existe um distanciamento entre o ser intelectual e o povo. Esse distanciamento é dado por razões concretas de suas condições de vida, e não por razões morais. Essa expressão indica o sentimento de sua própria superioridade. No Brasil “o crítico” pode chegar ao poder, porquanto o seu papel deveria ser a crítica do poder à conjuntura socioeconômica, política e cultural da contemporaneidade.

Nas palavras de Gramsci, só uma classe consciente de sua força e de suas debilidades pode assegurar o solo fértil da autocrítica e engendrar os intelectuais que representam a autoconsciência cultural, a autocrítica da classe dominante, e a tal ponto que os intelectuais se destacam da classe dominante para unir-se a ela mais intimamente; noutro contexto, como é o caso da incipiente sociedade capitalista italiana, os intelectuais voltam a ser agentes imediatos da classe dominante, ou então apartam-se dela completamente, constituindo uma casta à parte.²⁸ Gramsci criticava os intelectuais italianos que em 1934 não aceitavam o “americanismo-fordismo” ou aderiam a ele sem nenhuma autocrítica, sem nenhuma raiz nacional-popular.

Penso que existem vários tipos de intelectuais. Aqueles que estão no poder ou aqueles que governam, aqueles que almejam o poder e os que fazem a crítica ao poder. O grupo de intelectuais que governa nosso país possui um pensamento idealizado desde os anos 70. Hoje eles estão executando seriamente esse pensamento definido. No que se refere à universidade, prevê-se o desmonte das pesquisas científicas e tecnológicas brasileiras, com a dissolução dos cursos de pós-graduação, a redução do ensino de graduação, a morte das iniciações científicas, dos mestrados e doutoramentos.

Essa fração dos intelectuais que governa ou auxilia o poder tem a tarefa de dismantelar a universidade pública, longe de se reduzir ao neoliberalismo, avançou esquemas de conquista do Estado, unindo o dogma financista com uma vontade de potência longamente preparada.

De modo geral, os intelectuais sempre estiveram de fora do processo revolucionário ou chegaram tarde

demais. Durante a Comuna de Paris, momento de uma rica experiência de democracia direta, eles estavam de fora. Durante a Revolução Russa também. Löwy, utilizando o trabalho de Benda,²⁹ fala de intelectuais traidores: “[...] não se trata de alguns indivíduos ‘traidores de sua classe’ (como os nobres que se juntaram à assembléia do terceiro estado em junho de 1789), mas de setores inteiros da *intelligentsia* pequeno-burguesa”³⁰ que se juntaram à classe dominante.

Um outro tipo de intelectuais são os intelectuais orgânicos. Eles estão a serviço de partido ou da burocracia. Uma vez imaginaram destruir o poder do sistema capitalista, mas parte deles está muito bem inserida no sistema. Os intelectuais orgânicos de que fala Gramsci, diretamente comprometidos com as lutas sociais e políticas contra o imperialismo e o capitalismo, a serviço do proletariado, partes integrantes dos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, estão desaparecendo. Uma parcela deles bateu em retirada. Hoje, os intelectuais críticos com uma larga tradição de luta apóiam o príncipe. Muitos deles estão enchendo a burra de dinheiro das agências de financiamento mais acessíveis. Há muitos intelectuais que gostam de fazer parte da corte. Por sorte, os intelectuais de apoio ao *establishment* duram muito pouco, logo o poder os queima.

Nesse sentido, de uma parte, há uma ascensão dos intelectuais institucionais que negam a práxis revolucionária, antiimperialista, atados a agências de financiamento e suas prioridades intelectuais, e tentam chegar ao poder. Por outro lado, há um declínio dos intelectuais orgânicos, ativista e militante políticos com uma visão global que desafia os limites do mercado liberal burguês; eles representam uma contra-revolução cultural e hoje dão um grande salto para trás. Antes de lutarem contra o capitalismo e seu aparelho ideológico de Estado, refletem a reconciliação dos intelectuais com os parâmetros das agências internacionais de financiamento.

Entendemos que esse grupo de intelectuais está eminentemente nas nossas universidades. Possuem uma aceitação passiva e cega da lógica da globalização; reproduzem o conhecimento burocrático e não fazem da universidade a casa da “razão crítica”, atenta aos problemas locais, regionais, nacionais e internacionais e aos movimentos sociais. Ao apregoar a produtividade, a competência e a eficiência de gestão administrativa, se iguala àquela do governo federal, cujos parâmetros estão na efetiva lógica neoliberal.

A ideologia da competitividade, produtividade e

eficiência sem limites implicará conseqüências negativas em diversos planos. No que concerne ao aspecto sócio-político da globalização pode-se perceber, por uma parte, como se acentuaram as desigualdades dentro dos países, bem como entre os países e o fenômeno da marginalização social que se observa em numerosas regiões do mundo. Por outra parte, a exploração de sistemas essenciais de vida em diversas partes do mundo e os danos irreversíveis que se produzem com a dessertificação progressiva das terras, erosões dos solos, a extinção de espécies animais e de vegetação, a poluição dos mares e de correntes de água etc. têm causado enormes danos para a humanidade.

Além do que a concentração do poder em mãos de entidades econômicas que não têm responsabilidade frente à sociedade em que atuam atenta contra todos os princípios elementares da democracia e das políticas participativas que tanto se assinalam como objetivos fundamentais de nossa sociedade. Assim, a complexidade da condição e do desenvolvimento humano e social fica reduzida a percepções e aos comportamentos do “homem econômico” e do “homem competitivo”. Isto é, estamos vivendo um reducionismo empobrecedor da riqueza, da complexidade e da identidade das distintas sociedades.

Pensar a intelectualidade requer fazer uma distinção profunda. Por um lado, existe aquela fração que pensou ou pensa no assalto ao poder e se redescobriu ou redescobre-se como portadora privilegiada da democracia, agora como uma espécie de religião “universal”. O novo rito é o da cidadania, como se esta não fosse o próprio paradigma da sociedade burguesa, do individualismo, egoísmo convertido em “direito”, da propriedade privada como princípio supremo; sem exagero essa fração sucumbiu ao poder, ou seja, continua sendo a expressão da elite brasileira.

Por outro lado, existe a fração comprometida com a desigualdade real, que abandonou a esquerda por detrás da igualdade formal (aqueles que abandonam a esquerda faziam desta última — igualdade formal — um motivo de infinita demagogia e opunham, de forma reacionária, o indivíduo à sociedade, o cidadão à

massa, ou seja, a burguesia e a sociedade à luta pela liberdade). Essa fração, no meu entendimento, está profundamente distanciada da realidade; ela luta para chegar ao poder simplesmente, como muito bem expressou Riezniak em “Os intelectuais diante da crise”.³¹

Podemos pensar que um grupo de intelectuais já aderiu ao chamado do poder. Hoje eles fazem parte da burguesia. Esse grupo capitulou diante das políticas impostas pelos poderes constituídos. Poderíamos então perguntar: por que uma fração dos intelectuais capitulou frente a essa “nova” ordem estabelecida pela globalização? Ora, o fato é que tanto os que aderiram como os que capitularam demonstram uma total falta de autonomia em suas ações. Os que aderiram seguem

piamente os ditames das políticas do Fundo Monetário Internacional, e os que querem chegar ao poder estão perdidos entre uma proposta social-democrata e uma proposta liberal-socialista.

Marx afirmou no *Manifesto comunista*:

Nos períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução da classe

governante, na verdade dentro de toda a extensão da velha sociedade, adquire um caráter tão violento e agudo que uma pequena parte da classe dominante se desliga desta, juntando-se à classe revolucionária, a classe que tem o futuro em suas mãos. Portanto, hoje uma parte da burguesia passa-se para o lado do proletariado, principalmente o setor dos ideólogos burgueses idealistas que despertaram para o nível de compreender teoricamente o movimento histórico como um todo.³²

Marx estabeleceu, assim, o caráter conservador e inclusive contra-revolucionário adotado pela burguesia frente à sua própria “revolução nacional”. Ele explicou a contradição como um resultado do próprio processo histórico: na medida em que a revolução demorava, a burguesia deveria enfrentar não apenas os representantes do *Ancien Régime*, mas também o movimento operário, o proletariado que crescia à sombra do desenvolvimento capitalista no seio da velha sociedade.

Enfim, há uma pequena fração que está empenhada em compreender essa fase do desenvolvimento



capitalista, cuja práxis reproduz tal compreensão. Essa fração pode ser identificada nas lutas do MST (Movimento dos Sem Terra) e em outros movimentos organizados, movimentos de caráter eminentemente socialista. Elas têm como finalidade romper com a submissão à ordem estabelecida pela globalização. Aqueles que lutam pelo socialismo certamente devem advertir o sentido da libertação e da ideologização do discurso feito pelos defensores da ordem neoliberal.

Esses movimentos são, em primeiro lugar, a crítica imanente do sistema dominante e, em segundo, suas ações são decorrente da fórmula como fazem a crítica do capitalismo. São esses movimento que têm provocado a fúria de FHC na implementação das reformas administrativas e da previdência. São eles que se opõem à “razão instrumental” do poder burguês. Por meio desses atores é permitido libertar a crítica contemporânea de suas tendências subjetivantes e tornar possível um novo tipo de análise, na qual o formal e o social, ou histórico, longe de serem incompatíveis, ou antitéticos, concordam entre si. Assim, graças a essa visão não positiva, começa a ecoar uma outra miragem dialética que é a noção do iminente “fim da cosmovisão” positivista.

Para concluir esta reflexão, tomarei as reformas que estão sendo feitas na sociedade brasileira e resgatarei a necessidade da mudança do paradigma que está sendo proposto pelos pós-modernos.

As reformas do governo de FHC caminham na direção do fazer primeiro, para depois pensá-las. Nos países desenvolvidos, essas reformas demoraram décadas para atingir o atual estágio neoliberal. Existe um vírus produzido pela guerra da velocidade que faz sucumbir o planeta, hegemônica pelo poder econômico que influencia todos os governos. A arrogância do governo FHC fere materialmente e espiritualmente pela sua impaciência brutal de querer vencer e para isso tudo é válido. O paradoxo está em que um desejo de novidade existente — seja de direita ou de esquerda — no país possa vir equilibrado pela exigência da volta, da origem do marxismo, em grau de compreender o presente como história.

Assim, entendo que FHC é intelectual e político ao mesmo tempo, até porque todo o intelectual é político e, portanto, está engajado a fundo numa compreensão e práxis de mundo. Nesse momento, ele é partidário de uma liberdade de gabinete, aplica o receituário do FMI, sem nenhum envolvimento com as lutas presentes dos movimentos organizados.

Os ideólogos da globalização querem nos fazer crer que não existe possibilidade de progresso fora da globalização. Em primeiro lugar é preciso dizer que a propriedade privada dos meios de produção ou da terra não é condição necessária para produzir riquezas e melhorar as condições de vida de cada um (esgotamento do capitalismo). Em segundo, será preciso reafirmar que o saber científico não pode ser propriedade privada de ninguém, uma vez que é produzido no interior de um contexto político e social concreto.

O que explora, aliena o ser humano não é a máquina ou o progresso científico, mas sim o uso que é feito do capital. Isso pressupõe, acima de tudo, uma mudança paradigmática com relação à natureza. Aqui se pode pensar que no final do século XX a nossa grande utopia deve ser a ecologia e a democracia. Essa utopia tem as virtualidades que Gramsci achava imprescindíveis na construção de idéias hegemônicas. Esse princípio de realidade consiste na contradição entre o ecossistema do planeta que é finito e a acumulação capitalista que é infinita. De maneira que uma nova relação paradigmática com a natureza, que substitua a relação paradigmática moderna, faz-se necessária. Para tanto será preciso romper com o pensamento frágil, o “pós-modernismo inquietante” que não se dá conta das contradições e da crise de acumulação social.³³

O marxismo pode ser ainda hoje o instrumento de análise da realidade, até porque ele “não se desfez no ar” como pretendem alguns teóricos pós-modernos. Ele é válido porque não esgotou o seu desenvolvimento histórico, ou seja, a utopia do socialismo é inerente às contradições do capitalismo. A idéia de Marx, de que a sociedade se transforma pelo desenvolvimento de contradições é essencial para compreender a sociedade contemporânea. Essa idéia assegura a exploração do trabalho nas sociedades capitalistas. Por uma parte, ela exprime o poder social e político do capital sobre o trabalho, e, por outro, tudo é tratado como mercadoria, apesar de não ter sido produzido como mercadoria,³⁴ até os intelectuais.

Para finalizar, a solidez do marxismo está exatamente em agudizar a vontade da utopia. Se entendemos, como entendeu Benjamin, que a verdadeira crise é continuar tudo como está. Ora, os sistemas representativos e a sociedade organizada não só devem resistir duramente as investidas de FHC e do governo na “desregulamentação de tudo”, especialmente os direitos dos trabalhadores, mas desafiar o nascimento do novo, até porque “o velho morre e o novo não consegue nascer”.

NOTAS

- 1 Vários autores, *Il capitalismo negli anni, 70* (Milão: G. Mazzotta, 1972).
- 2 J. Sachs & A. Warner, "Economic Reform and the Process of Global Integration", em *Brooking Papers on Economic Activity*, nº 1, 1995.
- 3 J. P. Arnason, "Nacionalismo, globalização e modernidade", em F. Mike, *Cultura global* (Petropolis: Vozes, 1994), p. 234.
- 4 J. L. de Fiori, "Globalização, hegemonia e império", em Maria da Conceição Tavares (Org.), *Poder e dinheiro* (Petropolis: Vozes, 1997), p. 124.
- 5 E. Pisani, "Tous ensemble contre la mondialisation", em *Le Monde Diplomatique*, Paris, janeiro, 1996.
- 6 C. A. Michelet, *Le capitalisme mondiale* (Paris: PUF, 1976), p. 27.
- 7 A. F. Chesnais, *A mundialização do capital* (São Paulo: Xamã, 1996), p. 34.
- 8 *Ibid.*, pp. 34 e ss.
- 9 *Ibid.*, p. 67.
- 10 J. Petras, "Il significato della guerra del golfo: il nuovo ordine mondiale", em *Il passaggio*, Ano, 4, nº 3, 1991; E. Santarelli, *Imperialismo, socialismo, terzo mondo. Saggi di storia del presente* (Urbino: QuattroVenti, 1992); O. Coggiola, "Globalização e alternativa socialista", em *Globalização e socialismo* (São Paulo: Xamã, 1997).
- 11 E. Altvater, *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial* (São Paulo: Ed. Unesp., 1995), p. 157.
- 12 L. Trotsky, *O marxismo de nosso tempo* (São Paulo: Outubro, 1988), p. 64.
- 13 J. L. de Fiori, *op. cit.*, p. 87.
- 14 P. Anderson, "Historiador faz balanço do neoliberalismo", em *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20-5-1995.
- 15 H. C. de Souza, "Globalização esconde realidade", em *Revista Adusp*, agosto, 1996, p. 41.
- 16 K. Marx & F. Engels, *Manifesto comunista* (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996), p. 16.
- 17 *Ibid.*, p. 14.
- 18 A. Gorz, *Adeus ao proletariado — para além do socialismo* (Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1987); C. Offe, *Capitalismo desorganizado* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994).
- 19 E. Balibar & I. Wallerstein, *Razza, nazione, classe: le identità ambigue* (Roma: Edizione Associate, 1991).
- 20 *Exame*, São Paulo, Abril Cultural, agosto, 1996.
- 21 S. Amin, *La sfida della mondializzazione* (Milão: Ponto Rosso, 1995).
- 22 H. C. de Souza, "Capital especulativo gera crise globalizada", em *Revista Sem-Terra*, Ano, 1., nº 3, 1997, p. 6.
- 23 "Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração", em *Folha de S. Paulo*, São Paulo, novembro, 1997.
- 24 N. Chomsky, "Novo senhores da humanidade", em *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1993.
- 25 S. Amim, "Colombo e il nuovo ordine mondiale", em *Liberazione*, gennaio, 1993.
- 26 O. Coggiola, "Globalização e alternativa socialista" em *Globalização e socialismo*, cit., p.128.
- 27 Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*. (Turim: Einaudi Editori, 1975) p. 1.505.
- 28 *Ibid.*, p. 643
- 29 J. Benda, *La trahison des clères* (Paris: PUF, 1946).
- 30 Michael Löwy, *A evolução política de Lukács 1909-1929* (São Paulo: Cortez Editora, 1998), p.18.
- 31 P. Riezniak, "Os intelectuais diante da crise (sobre a inteligência latino-americana)", em *Lutas Sociais*, S. Paulo, Xamã editora, no 1, 1996.
- 32 K. Marx & F. Engels, *Manifesto comunista* (Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996), p. 25.
- 33 B. de S. Santos, *Pela mão de Alice: o social e a política na pós-modernidade* (São Paulo: Cortez Editora, 1997), p. 35.
- 34 *Ibid.*, p. 43.

